

## Editorial: Tendências, desafios e inovações no campo das políticas públicas

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15701743>

Luciana Leite Lima<sup>1</sup>  
Telma Menicucci<sup>2</sup>  
Bruno Dias Magalhães<sup>3</sup>  
Marcos Arcanjo de Assis<sup>4</sup>

As políticas públicas constituem um campo de conhecimento dinâmico, estratégico e em constante expansão, cuja importância reside tanto na sua função social, voltada ao enfrentamento de problemas públicos e à promoção do bem-estar coletivo, quanto em sua capacidade analítica para compreender a ação estatal e suas relações com a sociedade. A consolidação do campo remonta à década de 1950, nos Estados Unidos, quando Harold Lasswell propôs as *policy sciences*, orientadas simultaneamente à explicação científica dos processos decisórios e ao uso do conhecimento na tomada de decisões (Souza, 2003). Essa origem revela uma vocação prática e interdisciplinar, articulando diagnóstico, explicação e prescrição (Reis, 2003).

Ao longo de mais de sete décadas, o campo ampliou suas bases teóricas e metodológicas, desenvolvendo frameworks próprios e promovendo intensa interlocução com áreas como ciência política, administração pública, economia, sociologia e direito (Marques & Faria, 2018). A produção científica contemporânea revela a coexistência de múltiplos eixos: analítico-explicativo e interpretativo-crítico; empírico e teórico; descritivo e prescritivo; estudos de caso e comparativos; voltados à produção de conhecimento ou à aplicação prática. Tal diversidade reforça o caráter aberto e multifacetado do campo, mas também impõe desafios

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais (Unicamp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4451526493786828>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8761-4114>.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia e Política (UFMG). Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8388652849956928>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5002-7389>.

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Política (UFMG). Secretário Adjunto e Subsecretário de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte. Professor da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2424518337395565>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6759-6249>.

<sup>4</sup> Doutor em Ciência Política (UFMG). Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas e Professor da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Professor substituto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1802441347513803>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8226-7379>.

à construção de referenciais analíticos compartilhados e à acumulação teórica (Menicucci, 2018).

No Brasil, o campo de políticas públicas consolidou-se sobretudo a partir dos anos 2000, acompanhado da ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação e do fortalecimento institucional das políticas sociais no período pós-Constituição de 1988 (Faria, 2012). A produção científica nacional sobre políticas públicas cresceu significativamente, como mostra a análise de 436 artigos publicados entre 1980 e 2020 (Batista et al., 2021). O estudo identifica um aumento expressivo das publicações nas duas últimas décadas, com destaque para os anos de 2016 e 2018. A maior parte deles concentra-se nos estágios pós-decisórios do ciclo de políticas públicas, implementação (27,52%) e avaliação (29,35%), enquanto os estudos voltados à agenda, formulação e adoção somam 42,7%.

Esse padrão de distribuição revela um foco relevante na compreensão dos efeitos das políticas públicas, mas também aponta uma lacuna nos estágios iniciais do processo, cruciais para a análise da dinâmica decisória e do papel das ideias, instituições e coalizões. Além disso, a revisão indica que muitos artigos carecem de clareza metodológica, característica persistente do campo (Lotta et al., 2018). Essa fragilidade limita a comparabilidade e o acúmulo sistemático de conhecimento, evidenciando a necessidade de maior rigor teórico e metodológico (Marenco & Strohschoen, 2018).

As tendências atuais do campo apontam para a valorização do uso de evidências, o fortalecimento dos estudos comparativos, a incorporação de abordagens críticas e híbridas e a ampliação da análise de redes e capacidades estatais. Despontam abordagens como a das coalizões de defesa, os estudos cognitivos e os modelos interpretativos, que reconhecem os múltiplos sentidos das políticas públicas, suas disputas simbólicas e os processos de aprendizagem institucional (Brasil & Capella, 2022). Também há bastante espaço para a compreensão do processo de elaboração do desenho de políticas públicas e sobre o seu conteúdo (Lima; Aguiar; Lui, 2021).

Nesse cenário, o campo de políticas públicas afirma-se como um espaço científico e político voltado à qualificação da ação estatal e à promoção de políticas mais eficazes, legítimas e democráticas. Sua capacidade de incorporar distintas perspectivas metodológicas, de dialogar com múltiplas disciplinas e de refletir criticamente sobre a ação pública faz dele uma das áreas

mais promissoras para compreender e transformar as relações entre Estado e sociedade no século XXI.

Toda essa diversidade e potencialidade se manifesta em mais este Dossiê da Revista Campo de Públicas: conexões e experiências. Intitulado “Tendências, desafios e inovações no campo das políticas públicas”, o Dossiê é formado por dez artigos, três convidados e sete aprovados no âmbito da Chamada pública com temas de interesse. Ele reúne trabalhos que exploram distintas dimensões da ação pública, como a formulação, implementação e avaliação, e que abordam temas variados, da política ambiental à política de educação, passando por saúde, igualdade racial e de gênero, gestão administrativa e capacidades estatais. Os artigos aqui apresentados articulam contribuições teóricas e empíricas, dialogando com diferentes correntes do campo e enfrentando os desafios analíticos impostos pela complexidade dos problemas públicos contemporâneos.

Abrindo o dossiê, a entrevista com Roberto Pires aborda as principais tendências e desafios para a análise de políticas públicas no Brasil. Reconhecido por suas contribuições à compreensão da burocracia, das capacidades estatais e dos arranjos institucionais, Pires reflete sobre a capacidade dos estudos de políticas públicas influenciarem os governos e a ação pública, sobre os problemas públicos mais prementes e desafiadores para os governos na atualidade - como a desinformação e a desigualdade social - além de apresentar uma agenda de pesquisa que chama a atenção para as experiências das pessoas que se encontram, cotidianamente, com o mundo das políticas públicas, o que pode contribuir para que os governos sejam capazes de oferecer respostas mais efetivas aos desafios de hoje. .

Na sequência, o artigo “As ações afirmativas frente ao mito do privilégio” discute a percepção das ações afirmativas como mecanismos de privilégio, analisando suas bases normativas e a função que exercem na promoção da equidade e na reparação de desigualdades históricas. A partir do marco do Estado Democrático de Direito, o estudo enfatiza o papel do Estado na institucionalização de estigmas e reforça a legitimidade dessas políticas.

Também voltado à promoção de direitos, o artigo “Saúde LGBTQIA+ e formação profissional em Belo Horizonte: diálogo urgente e necessário para garantias de direitos” analisa os dados do I Congresso Municipal de Saúde Integral LGBTQIA+ de Belo Horizonte e as percepções dos participantes sobre sua formação na temática. Os resultados apontam lacunas na

capacitação profissional e fornecem subsídios para políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+.

O artigo “A difusão do ‘modelo CGU’ para os órgãos de controle interno estaduais: o papel da CGU e do Conaci” examina como as práticas da Controladoria-Geral da União vêm sendo disseminadas entre os entes subnacionais. Ele destaca o papel da cooperação institucional e da produção de ferramentas e normativos voltados à transparência e ao controle.

Na interface entre federalismo e meio ambiente, o artigo “Federalismo e política ambiental subnacional: indução, coordenação e desafios envolvendo unidades de conservação na Amazônia” analisa a criação de Unidades de Conservação estaduais. O trabalho problematiza a suposta indução federal, indicando que fatores diversos influenciam as decisões subnacionais na região amazônica.

A perspectiva local é o foco do artigo “Capacidades governamentais municipais e o desenvolvimento econômico: uma análise da Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni”. Com base em dados secundários, o estudo analisa as capacidades técnico-administrativas e financeiras dos municípios, evidenciando desigualdades e a importância de políticas adaptadas às realidades locais.

O artigo “Burocracia de médio escalão e o ciclo de políticas públicas: uma pesquisa de escopo na produção acadêmica” oferece uma revisão da literatura internacional sobre a atuação dessa burocracia no ciclo de políticas. Ressalta-se o papel que a burocracia de médio escalão exerce nos processos de implementação e formulação, apontando lacunas conceituais ainda pouco exploradas.

No campo da política ambiental, o artigo “Políticas públicas de resíduos sólidos em Minas Gerais” investiga a atuação dos municípios e dos empreendimentos econômicos solidários na implementação da política de resíduos sólidos. Ele discute os entraves metodológicos e operacionais da institucionalização da política, com atenção especial ao período da pandemia.

A inserção de mecanismos de mercado na gestão educacional é debatida no artigo “Estado, mercado e desigualdades na política educacional: uma discussão de PPPs e mecanismos de mercado na educação pública, do ponto de vista da equidade”. O trabalho questiona os efeitos

das parcerias público-privadas sobre a equidade educacional e evidencia as limitações da lógica mercadológica aplicada à educação básica.

Já o artigo “O Dimensionamento da Força de Trabalho e seu potencial para estruturação de prioridades de resolução de problemas públicos e recuperação das capacidades estatais” analisa essa metodologia como ferramenta estratégica de gestão pública. O estudo demonstra como sua adoção sistemática pode fortalecer a capacidade institucional do Estado, promover uma gestão orientada por evidências e qualificar a entrega de políticas públicas prioritárias.

Por fim, o dossiê inclui o artigo “Conceito de Tecnopolítica como Ação Pública e suas representações no Campo de Públicas”, que realiza uma meta-análise tanto epistemológica quanto prática do conceito de tecnopolítica. O texto examina sua origem, trajetória histórica e os diversos sentidos que assume em diferentes campos do saber, sustentando uma proposta política voltada à transformação social e à consolidação de conhecimentos e práticas profissionais no âmbito das políticas públicas.

Ao reunir estudos que evidenciam a pluralidade temática e metodológica do campo das políticas públicas, este dossiê reafirma a vitalidade e a relevância dessa área para a compreensão das transformações do Estado, dos desafios da gestão pública e das lutas por equidade e justiça social. Os artigos aqui apresentados não apenas ampliam o repertório analítico disponível, mas também contribuem para o aprimoramento das práticas institucionais e para a qualificação do debate público. Espera-se que este conjunto de reflexões inspire novas investigações e fortaleça o compromisso do Campo de Públicas com uma produção científica crítica, rigorosa e socialmente engajada.

Boa leitura!

#### **Editores convidados**

**Luciana Leite Lima**  
**Telma Menicucci**  
**Bruno Dias Magalhães**  
**Marcos Arcanjo de Assis**

## Referências

- BATISTA, M.; DOMINGOS, A.; VIEIRA, B. Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 94, p. 1–25, 2021.
- BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. **Abordagens contemporâneas para a análise de políticas públicas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.
- FARIA, C. A. P. de. Implementação: ainda o “elo perdido” da Análise de Políticas Públicas no Brasil? In: FARIA, C. A. P. de (Ed.). **Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 123–153.
- LOTTA, G. S. *et al.* Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 69, n. 4, p. 779–810, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i4.2917>.
- LIMA, L. L.; AGUIAR, R. B. de; LUI, L. Conectando problemas, soluções e expectativas: mapeando a literatura sobre análise do desenho de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 36, p. e246779, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.246779>.
- MARENCO, A.; STROHSCHOEN, M. T. B. ¿ Cada uno en su lugar? Un análisis de la producción científica sobre políticas públicas en el Brasil (1996-2016). **Estado Abierto. Revista sobre el Estado, la Administración y las Políticas Públicas**, v. 3, n. 1, p. 47–75, 2018.
- MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. **A política pública como campo multidisciplinar**. Rio de Janeiro: SciELO-Editora FIOCRUZ, 2018.
- MENICUCCI, T. M. G. Perspectivas teóricas e metodológicas na análise de políticas públicas: usos e abordagens no Brasil. **Revista Política Hoje**, v. 27, n. 1, p. 42–55, 2018.
- REIS, E. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 11–14, 2003.
- SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15–20, 2003.